

Conservação em terras privadas no Pantanal

Sandro Menezes Silva

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais – FCBA

O Pantanal é a região natural do Brasil, ou bioma, como é reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que tem o maior percentual de áreas em bom estado de conservação; segundo o Projeto Mapbiomas, em 2021 chegava a quase 80% da sua superfície. A pecuária extensiva, atividade econômica característica do Pantanal, contribuiu muito para o seu estado de conservação, pois foi feita durante quase 200 anos com base em campos nativos, com poucas intervenções nas demais formas de vegetação. A falta de acessos à região também colaborou para mantê-la conservada, que sempre teve baixa densidade populacional e ficou privada de investimentos mais consistentes e planejados na infraestrutura básica.

Diferentemente de outros biomas brasileiros, a maior parte do Pantanal está sob o domínio privado, representado por cerca de 97% de sua área total no Brasil. As propriedades públicas, que representam os 3% restante da área, são representadas por cerca de 50% em assentamentos agrários, 30% unidades de conservação, federais, estaduais e municipais, 6% de terras indígenas, 5% em colônias e 9% em fazendas. Porém, em termos de área ocupada pelas terras públicas, as unidades de conservação e as terras indígenas ocupam cerca de 76% do total, com 39% e 37%, respectivamente.

As grandes propriedades, isto é, aquelas com mais de 15 módulos fiscais de extensão (o módulo fiscal é variável entre os municípios que integram o Pantanal, porém na fonte consultada para essa informação foi usado o valor de 80 ha) totalizam cerca de 41% das propriedades no Pantanal, seguidas por pequenas propriedades (até quatro módulos fiscais), com 34%, sendo os latifúndios (fazendas com mais de 600 módulos fiscais) representados por menos de 1% das propriedades no Pantanal. Em termos de área, os latifúndios concentram 8% do Pantanal, enquanto as pequenas propriedades somam apenas 1% de sua área; já as grandes propriedades são maioria e somam 86% da área da planície pantaneira, o que totaliza quase nove milhões e meio de hectares.

Além da conservação promovida pelos proprietários das fazendas na planície pantaneira, fruto das características fundiárias, de ocupação e de uso da terra na região, o Pantanal destaca-se nacionalmente por ser a região natural que reúne a maior extensão de reservas privadas no Brasil; são as conhecidas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, uma categoria de área natural protegida prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000) e reconhecida pelos órgãos ambientais, sobre as quais é garantida a proteção da biodiversidade em caráter perpétuo, sem perda da titularidade da propriedade. Nas RPPN não é permitido o uso direto dos recursos naturais, enquanto são permitidas atividades de pesquisa, educação ambiental e recreação ao ar livre, desde que devidamente previsto no plano de manejo dessas unidades.

O Painel das Unidades de Conservação Brasileiras (<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc>), mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, relaciona 1071 RPPN no Brasil, em âmbito federal, estadual e municipal, o que representa cerca de 40% do total de unidades de conservação no país. A Mata Atlântica é o bioma que reúne a maior quantidade de reservas privadas (693), enquanto o Pantanal tem a maior extensão dessas áreas (2.609 km²). Essa área representa somente cerca de 1,7% do bioma, e menos de 2% do total de reservas privadas no Brasil, ainda que totalize mais de 45% da superfície neste tipo de área protegida no país. O Quadro 1 apresenta as RPPN existentes na Bacia do Alto Paraguai, onde localiza-se o Pantanal, considerando sua porção planáltica, fundamental para a conservação da planície. As maiores reservas privadas estão na planície pantaneira, com papel importante para a conservação da biodiversidade, pois o Pantanal tem poucas áreas protegidas públicas federais, estaduais e

municipais. Algumas reservas privadas no Pantanal destacam-se em relação a outras áreas protegidas na região, pois têm grande importância para a conservação e são exemplos de gestão para o cumprimento dos seus respectivos objetivos de criação, com atividades relacionadas à pesquisa científica, à visitação com finalidade recreativa e à educação ambiental.

O conjunto de reservas privadas localizadas na região da Serra do Amolar, que incluem as RPPN Acurizal, Penha, Dorochê e Rumo ao Oeste, somam quase 54 mil hectares e estão entre as primeiras reservas privadas criadas no Pantanal. Quando o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense foi criado, em 1981, existia a intenção de proteger áreas de planície e porções livres de inundação. Por ser uma região que fica praticamente inundada a maior parte do ano, distante de quaisquer estruturas de transporte, estas áreas inundáveis eram relativamente pouco valorizadas, ao contrário das áreas mais secas, que concentravam as estruturas voltadas à navegação no rio Paraguai e manutenção dos rebanhos bovinos durante a cheia. A intenção original era criar uma área protegida com áreas inundáveis e não inundáveis, mas que se restringiu aos cerca de 135 mil hectares do Parque Nacional, formado quase exclusivamente por planícies inundáveis. As áreas das reservas foram adquiridas como recursos da organização internacional The Nature Conservancy – TNC, em parceria com a Fundação Ecológica de Apoio à Vida nos Trópicos, que ficou responsável pelo processo de criação das RPPN e pela respectiva gestão das áreas. Assim, o objetivo inicial de proteção dessa região do Pantanal foi alcançado, com o parque nacional e as reservas privadas, com ambientes inundáveis e áreas mais altas, incluindo os morros da Serra do Amolar que emolduram o rio Paraguai e seu conjunto de lagoas, braços e meandros, numa paisagem única em todo o Pantanal.

Ainda em relação à Serra do Amolar, merece destaque outra ação importante envolvendo conservação em terras privadas, que é a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, ou simplesmente Rede Amolar. Trata-se de uma iniciativa de conservação que surgiu em 2008, que integra órgãos governamentais, empresas, pessoas físicas e organizações da sociedade civil de interesse público, visando a gestão integrada de áreas privadas com o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense. A ideia da criação da Rede Amolar surgiu no Instituto Homem Pantaneiro, uma organização da sociedade civil de interesse público sediada em Corumbá, MS, que atualmente é o gestor na iniciativa. Além do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, unidade de conservação, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, fazem parte da Rede Amolar as RPPN Acurizal, Penha, Dorochê, Rumo Oeste e Eliezer Batista, além de fazendas não reconhecidas como RPPN, mas que têm a gestão voltada para a conservação da biodiversidade, como a Santa Tereza, Santa Rosa, Vale do Paraíso, Morro Alegre, Jatobazinho, São Gonçalo e Serra Negra. Todas as áreas, unidades de conservação e terras privadas, totalizam aproximadamente 302 mil hectares, protegendo uma das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade mais importantes do Pantanal denominada Borda Oeste do Pantanal. O principal objetivo da Rede Amolar é conservar a biodiversidade da região, com a gestão colaborativa das áreas privadas e o apoio à gestão do Parque Nacional, por meio de ações de fiscalização, comunicação, pesquisa científica, prevenção e combate a incêndios florestais. Tais ações são realizadas com recursos financeiros, técnicos e logísticos captados pela Rede Amolar, e visam contribuir para a efetiva proteção das áreas, assegurando a presença do Estado por meio de parcerias público-privadas, promoção e integração entre conservação e desenvolvimento humano e apoio à realização de estudos científicos que visem aumentar o conhecimento da região e aprimorar as ações de proteção. Mais informações sobre a Rede Amolar podem ser obtidas no site do Instituto Homem Pantaneiro, no endereço <https://institutohomempantaneiro.org.br/rede-amolar/>.

Outra reserva privada que se destaca no Pantanal é a RPPN SESC Pantanal; localizada no município de Barão de Melgaço, no MT, está sob influência do regime de inundação dos rios Cuiabá e São Lourenço, e tem extensão total aproximada de 106 mil hectares. É a maior RPPN do Brasil, e tem sido exemplo de ações de gestão voltadas à conservação da biodiversidade, pesquisa científica e visitação com finalidades recreativas. A RPPN destaca-se pela pesquisa científica, realizada desde antes de sua criação, envolvendo parcerias com diversas instituições, sobretudo universidades e fundações de pesquisa e conservação da biodiversidade. Há

inventários de diferentes grupos, com diferentes esforços de coleta e cobertura territorial, além de alguns estudos voltados para espécies de interesse para a conservação, como as espécies ameaçadas de extinção, migratórias e invasoras. O monitoramento ambiental tem sido fundamental para conhecer melhor a biodiversidade da área e os processos ecológicos responsáveis pela sua respectiva manutenção. Já foram publicados centenas de artigos científicos, dissertações e teses tratando de diversos aspectos ambientais da Reserva, como estrutura e microclimas dos diferentes tipos de vegetação, distribuição e classificação dos solos, inventários de plantas, animais e microrganismos, interações entre plantas e animais, percepção das comunidades da região e dos visitantes acerca do papel da área para a conservação, entre outros. Os resultados das pesquisas e do monitoramento ambiental foram usados para subsidiar as ações de gestão para a RPPN. A Reserva protege diversas espécies animais ameaçadas de extinção, como o cachorro-do-mato-vinagre, o cervo-do-pantanal, a onça-pintada e o tatu-canastra.

A Estância Caiman, onde localiza-se o Refúgio Ecológico Caiman, no município de Miranda, MS, é outro exemplo de propriedade rural que promove conservação da biodiversidade integrada ao turismo e à pesquisa científica. Originária do desmembramento da tradicional Miranda Estância, a fazenda tem cerca de 53 mil hectares e abriga uma pousada e uma RPPN, a RPPN Dona Aracy, com 5,6 mil hectares, além de áreas destinadas à pecuária. A gestão da fazenda é feita de forma a demonstrar que a pecuária é importante para a manutenção das características do Pantanal, associando diferentes atividades produtivas com sustentabilidade. A RPPN tem como objetivo principal a conservação da biodiversidade, e a fazenda serve de base para a realização dos projetos Onçafari, Arara Azul e Papagaio Verdadeiro, o que ilustra muito bem a necessidade de integração de esforços entre o segundo e o terceiro setores para garantir a conservação do Pantanal.

O movimento dos proprietários de RPPN no Brasil é bastante intenso, e tem a Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – CNRPPN – como um catalisador dos esforços empreendidos pelas associações estaduais e regionais de proprietários de reservas. Tanto o Mato Grosso como o Mato Grosso do Sul possuem associação de proprietários de reservas privadas, que têm como objetivos a divulgação e a valorização destas reservas, além de buscar formas de reconhecimento e compensações para os proprietários que decidem criar uma reserva. Dentre as ações de *advocacy* empreendidas pela CNRPPN está o apoio à elaboração da proposta e o acompanhamento parlamentar do Projeto de Lei nº 1.548/2015, que prevê, entre outras coisas, o reenquadramento das RPPN da categoria de Uso Sustentável para a de Proteção Integral, além de estabelecer formas de compensação financeira aos proprietários, como isenção do Imposto Territorial Rural da propriedade se a área da Reserva for superior a 30% da área total da propriedade, e outros benefícios fiscais e tributários, tanto para reservas situadas em zonas rurais como urbanas. Além de compensações financeiras, o Projeto ainda prevê a possibilidade de realização de algumas atividades que atualmente não são permitidas nestas áreas, como coleta de sementes para produção de mudas e construção de viveiros, e a criação de um Fundo Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, com objetivo de estimular a criação, gestão, manejo, manutenção, capacitação, monitoramento e proteção das Reservas, com recursos de compensações e multas ambientais, doações e convênios, gerido por um conselho formado por representantes do poder público e da sociedade civil. O PL ainda não foi aprovado, estando atualmente na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara do Deputados.

Quadro 1: Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN - da Bacia do Alto Paraguai, com municípios onde estão localizadas, extensão territorial (em hectares) e ano de criação.

Nome	Localização	Extensão (ha)	Ano de criação
Mato Grosso do Sul - Planície			
Acurizal	Corumbá	13.200	1997
Alegria	Corumbá	1.128,78	2008
Arara Azul	Corumbá	2.000	2002
Dona Aracy	Miranda	5.603,2	2004
Engenheiro Eliezer Batista	Corumbá	13.323,43	2008
Fazenda Nhumirim	Corumbá	862,7	1999
Fazenda Rio Negro	Aquidauana	7.000	2001
Fazenda Santa Helena	Corumbá	4.295,32	2000
Fazendinha	Aquidauana	9.616	1994
Neivo Pires I	Miranda	119,49	2001
Neivo Pires II	Miranda	320,13	2001
Paculândia	Corumbá/Miranda	8.232	2002
Pata da Onça	Aquidauana	7.387	1999
Penha	Corumbá	13.100	1997
Poleiro Grande	Corumbá	16.530	1998
Rumo ao Oeste	Corumbá	990	2005
Santa Cecília	Corumbá	8.729	2003
Mato Grosso do Sul - Planalto			
Buraco das Araras	Jardim	29,03	2007
Cabeceira da Lagoa	Corguinho	431,25	2011
Cabeceira do Prata	Jardim	307,53	1999
Cara da Onça	Bodoquena	11,69	2007
Estância Ambiental Quinta do Sol	Corguinho	12,69	2006
Estância Mimosa	Bonito	271,76	2013
Fazenda da Barra	Bonito	88	2003
Fazenda Lageado	Dois Irmãos do Buriti	12.550	1990
Fazenda Margarida	Bela Vista	1.999,18	2000
Gavião de Penacho	Corguinho	77	2006
Laudelino Flores de Barcelos	Terenos	200	2003
Nova Querência	Terenos	50,02	2003
Rancho Tucano	Bonito	29,84	2006
Reserva Ecológica Vale do Bugio	Corguinho	81,75	2003
São Geraldo	Bonito	642	1998
Xodó do Vô Ruy	Jardim	487,63	2006
Mato Grosso - Planície			
Estância Dorochê	Poconé	26.518	1997
Jubran	Cáceres	35.531	2001
São Luiz	Cuiabá	200	1994
SESC - Pantanal	Barão de Melgaço	106.308	1997/1998
Mato Grosso - Planalto			
Hotel Mirante	Chapada dos Guimarães	19,79	2004
Parque Ecológico João Basso	Rondonópolis	3.624,57	1997
Reserva Ecológica da Mata Fria	Chapada dos Guimarães	9,95	2000

Fontes: Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN – ICMBio disponível em <http://sistemas.icmbio.gov.br>; Cadastro Nacional de RPPN disponível em www.reservasparticulares.org.br; Silva et al. (2012).

Bibliografia consultada

ANA/GEF/PNUMA/OEA (2004). Programa de ações estratégicas para o gerenciamento integrado do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai. Agência Nacional de Águas, Global Environment Facility, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Organização dos Estados Americanos, Brasília: TDA Desenho & Arte. 316 p.

Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Mato Grosso do Sul – REPAMS & WWF - Brasil (2016). RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural: a história da conservação em terras particulares no Mato Grosso do Sul. Campo Grande 33p. Disponível em https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/publicacao_wwf_repams_final_2017_1.pdf

Bertassoni, A., Xavier-Filho, N. L., Rabelo, F. A., Leal, S. P. S., Porfírio, G. E.O., Moreira, V. F., Rabelo, A. P. C. (2012). Paraguay River Environmental Monitoring by Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, Pantanal, Brazil. Pan-American Journal of Aquatic Sciences, 7(2): 77-84. Disponível em https://www.academia.edu/download/55930638/PANAMJAS_72_77-84.pdf

Brandão, L. G. (2011). Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC Pantanal. 2ª ed. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2011. 148 p. Disponível em <https://www.sescpantanal.com.br/arquivos/cadastro-itens/layout-6/arquivos/file-635877032837503930.pdf>

Brasil - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (1997). Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP: análise integrada e prognóstico da Bacia do Alto Paraguai. Resumo Executivo. Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA. Brasília. 49 p.

Braz, A. M., Melo, D. S., Boni, P. V., & Decco, H. F. (2020). A estrutura fundiária do pantanal brasileiro. Finisterra, 55(113), 157-174. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/18323/15012>

Campanili, M. (2014). Caiman: uma história de conservação no Pantanal. São Paulo, Caiman. 115 p. Disponível em <https://www.amazon.com.br/CAIMAN-UMA-HISTORIA-CONSERVACAO-PANTANAL/dp/8591778103>

Franco, J. L. A., Drummond, J. A., Gentile, C., Azevedo, A. I. (2013). Biodiversidade e ocupação humana do pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades. Rio de Janeiro, Garamond. 260 p. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0reXDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP6&dq=Biodiversidade+e+ocupa%C3%A7%C3%A3o+humana+do+pantanal+mato-grossense:+conflitos+e+oportunidades&ots=E7LFB3PzJZ&sig=kDYfbDWMdgroFVkbBIJoFwLJNxg>

Silva, M. C., Ishy, A., Sabino, J. (2012). Diamantes Verdes: reservas naturais do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, REPAMS. 148 p.

Silva, S. M. (2016). Pantanal. In: Meireles-Filho, J. & Borges, C. R. S. (orgs.), Patrimônio Natural Privado no Brasil. Rio de Janeiro, Metalivros, p. 110-137. Disponível em <https://www.amazon.com.br/Patrim%C3%B4nio-Natural-Privado-no-Brasil/dp/8582200137>